

Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo?

O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho

Paulo Sergio Tumolo*

A relação entre educação e trabalho tem sido, há muito tempo, um dos temas mais discutidos por autores e elaboradores de políticas educacionais das mais diversas áreas do conhecimento e dos mais diferentes matizes político-ideológicos¹. Embora seja uma temática bastante polêmica, onde se digladiam posições divergentes e até antagonicas, é possível afirmar que existe, pelo menos, um ponto comum: o primado do trabalho em relação à educação², ou seja, o pressuposto segundo o qual a educação se estrutura e se organiza a partir do eixo do trabalho.

É sobre esta base que um número expressivo de autores vem discutindo a proposta do *trabalho como princípio educativo*, vale dizer, uma proposta de educação que esteja vinculada aos interesses das classes trabalhadoras.

Tal proposição, no entanto, vem sendo colocada em xeque, na medida em que outros autores de peso têm questionado a centralidade do trabalho, como fato social e como categoria analítica, na sociedade contemporânea.

Sem a pretensão de realizar uma análise profunda e minuciosa, buscarei, neste texto, fazer um cotejamento desses dois “blocos” de autores, bem como uma breve avaliação de suas argumentações e, principalmente, levantar várias questões a ambos.

* Professor do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

1 O trabalho como princípio educativo

Muitos autores vêm elaborando e discutindo propostas de educação de acordo com os interesses da classe trabalhadora sob o lema do *trabalho como princípio educativo*. No Brasil, é o caso, por exemplo, de Dermeval Saviani, Acácia Z. Kuenzer, Maria Aparecida C. Franco, Lucília R. de Souza Machado, Gaudêncio Frigotto, Paolo Nosella, Maria Laura P.B. Franco entre tantos outros. Estes e outros autores vêm produzindo e publicando uma grande quantidade de obras com o fito de apresentar, discutir e sistematizar aquela proposta. Neste artigo escolhi textos de alguns deles, selecionados por critério de representatividade, de acordo com recorte e enfoques que se pretende imprimir.

A revista *Cadernos de Pesquisa* publicou em fevereiro de 1989 um número especial (68) sobre o 2º Grau, tendo em vista, principalmente, oferecer possíveis contribuições ao projeto de L.D.B., que estava, naquela conjuntura, sendo esboçado. Há, neste número, pelo menos dois artigos significativos. No primeiro, *Possibilidades e limites do trabalho como princípio educativo*, Maria Laura P. Barbosa Franco assim se pronuncia acerca de uma proposta para o 2º Grau:

Dentre a multiplicidade de propostas que já começam a se esboçar, surge uma que, incrustada na discussão da relação que se estabelece entre educação e trabalho, aponta para a formulação de uma proposta pedagógica para o ensino de 2º Grau a partir do trabalho, visto como a diretriz organizadora mais ampla e tomado como princípio educativo (Barbosa Franco, 1989:31).

Para ela, “a análise dos materiais produzidos em defesa dessa proposta permite antever a necessidade de discutir, em primeiro lugar, a concepção de trabalho que a fundamenta” (idem, ibidem).

Por essa razão, a autora finca o primeiro pressuposto de suas bases conceituais: “a concepção de trabalho enquanto princípio educativo edifica-se a partir do conceito de atividade teórico-prática e tem como horizonte o surgimento, formação e desenvolvimento da consciência humana” (idem, ibidem).

O outro artigo é de autoria de Acácia Z. Kuenzer, com um título bastante enfático: *O trabalho como princípio educativo*. Fundamen-

tada na concepção marxista, notadamente em Gramsci, Kuenzer pretende, neste artigo,

discutir uma proposta para o ensino de 2o. Grau à luz do trabalho tomado como princípio educativo. A partir de pesquisas anteriormente realizadas, que evidenciam ser a apropriação do saber articulada ao mundo do trabalho essencial para o trabalhador, discute-se a possibilidade de organização de uma escola de 2o. Grau que supere tanto o academicismo baseado no velho princípio educativo clássico quanto a profissionalização estreita. Para tanto, propõe-se uma organização para o ensino de 2o. Grau de tal modo que ele seja único enquanto estrutura, seja politécnico quanto ao conteúdo e dialético quanto à metodologia (Kuenzer, 1989:21, grifado por mim)³.

Com o objetivo de aprofundar a discussão, Lucília R.S. Machado mergulha no tema em sua tese de doutorado, que posteriormente foi publicada em livro, com o título **Politecnia, escola unitária e trabalho** (1989). Nesta obra, Machado não só recupera o papel fundamental da escola em sua especificidade, como vai além, dando um caráter global à discussão, contextualizando a escola e articulando-a com o projeto de construção da hegemonia do proletariado. Tendo essa perspectiva no horizonte, e também balizada pela concepção marxista, especialmente gramsciana, a autora faz um estudo histórico com o escopo de analisar “o que significa, onde, como e quando surgiu e que implicações tem a idéia de unificação escolar” (Machado, 1989:9). Dessa forma, a autora faz uma “garimpagem” histórica do conceito, das propostas e experiências de escola unitária, buscando sua gênese desde a época da revolução burguesa, passando pelos socialistas utópicos, anarquistas, até chegar na discussão feita por Marx, Engels e outros marxistas, dando especial relevo a Gramsci.

Logo no início de seu livro, a autora deixa claro que existem duas propostas distintas de unificação escolar: a liberal/burguesa e a socialista/proletária, sendo que ambas buscam a construção e consolidação da hegemonia de suas respectivas classes.

Para Machado, a proposta burguesa de unificação escolar pretende realizar a unidade nacional, e uma das formas de efetivá-la seria

através do acesso à escola, pois esta possibilitaria a formação de homens com certos conhecimentos e treinamentos, necessários à integração à vida urbana e ao processo de trabalho. Essa proposta

decorre da necessidade política da burguesia de consolidar sua hegemonia sobre as demais classes sociais (...), pois a burguesia, devido à forma contraditória de desenvolvimento do capitalismo, se vê cada vez mais impossibilitada de continuar governando, sem antes buscar negociar e se legitimar (Machado, 1989:09-10).

Por isso, “a proposta liberal de unificação escolar constitui um dos elementos do sistema de defesa do capitalismo, na guerra de posições, pois visa consolidar a direção da burguesia, quebrando a unidade de seus opositores” (Machado, 1989:10).

Se esta proposta contém certos avanços, estes, entretanto, não conduzem à superação de seu caráter diferenciador, “pois ela implica o desenvolvimento unilateral do indivíduo, a monotecnia e o ajustamento à divisão social do trabalho” (ibidem).

Em contrapartida, para a autora,

a proposta de escola unitária do trabalho faz parte da concepção socialista de educação e tem por objetivo o desenvolvimento multilateral do indivíduo. Ela se propõe como escola única, porque, sob a hegemonia do proletariado, o socialismo pretende realizar a emancipação geral; e do trabalho, porque é ele que dá o conteúdo da unificação educacional. Este princípio unitário pressupõe em primeiro lugar, tornar os conhecimentos concretos, vivos e atualizados com o desenvolvimento técnico-científico. Por outro lado, exige a redefinição da relação entre estrutura, conteúdo e métodos numa perspectiva orgânica. Por último, requer que o ensino seja impregnado pelas questões postas pelo quotidiano social. O ensino politécnico é definido como o meio adequado para a operacionalização deste princípio educativo, atendendo às condições apontadas acima (Machado, 1989:11).

A partir desse pressuposto, Machado defende como tese central que, apesar de toda ordem de dificuldades, o proletariado deve, no âmbi-

to do capitalismo, propor e lutar pela instauração de uma escola unitária do trabalho, ou seja, uma escola sob o seu ponto de vista, pois que, em se tratando das “Sociedades ocidentais”, ou melhor, do “Estado moderno”, a estratégia fundamental utilizada na luta entre as classes passa a ser a construção da hegemonia, e nesse contexto a escola passa a ter um papel de destaque, na medida em que esta se constitui como instância privilegiada da construção de hegemonia.

Na mesma linha e trilhando um caminho que critica e busca superar tanto a visão tecnicista e meramente profissionalizante, como também a visão teoricista, Dermeval Saviani, num trecho de uma entrevista concedida à Revista Bimestre, assim resume os fundamentos conceituais da proposta do trabalho como princípio educativo:

Na verdade, todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (Saviani, 1986:14).

2 A centralidade do trabalho na berlinda

Um estudo preliminar das obras dos autores que vêm elaborando e discutindo uma proposta de educação na perspectiva dos interesses da classe trabalhadora, sob o lema do trabalho como princípio educativo, objetivada na proposição da escola unitária e politécnica, nos permite verificar que tanto a análise que fazem da realidade, quanto a própria proposta de educação estão baseadas em três grandes alicerces: *o trabalho, a classe trabalhadora e o marxismo*, principalmente via *Gramsci*.

Pois bem, tais fundamentos têm sido, contemporaneamente, questionados em sua radicalidade por vários pensadores, principalmente alemães, que vêm se transformando em referência bibliográfica básica. Podemos citar, entre outros, Claus Offe, em várias obras, mas

notadamente através de seu artigo “Trabalho: a categoria sociológica chave?” (Offe, 1994), André Gorz com seu provocativo livro **Adeus ao proletariado – para além do socialismo** (Gorz, 1987), Adam Schaff, no texto *A sociedade informática* (Schaff, 1993) e J. Habermas que, de certa forma, tem servido como referência matricial de boa parte desses autores.

De forma diferenciada, e sob argumentos variados e até distintos, estes autores questionam a centralidade do trabalho, como fato social e como categoria sociológica de análise e também, por decorrência, a classe trabalhadora como classe fundamental, cujos interesses são antagônicos aos da burguesia. Para eles, principalmente por causa do advento da Terceira Revolução Industrial nesta fase de acumulação flexível de capital (expressa pelo modelo toyotista), a classe trabalhadora perde, gradativamente, seu poder e seu papel, tanto na produção material, como no que diz respeito ao seu projeto estratégico. A classe trabalhadora se esvai. Por fim, o marxismo, fundamento das análises daqueles primeiros autores é, em última instância, alvo de um profundo questionamento.

Considerando como representativo deste conjunto de pensadores, pelo menos nos aspectos que serão aqui abordados, tomarei como referência, neste artigo, o texto de Claus Offe “Trabalho: a categoria sociológica chave?”.

Abrindo seu artigo, Offe anuncia o pressuposto sobre o qual desenvolve toda sua análise: “as tradições clássicas da sociologia⁴ burguesa, assim como da marxista, compartilham do ponto de vista de que o *trabalho é o fato social principal*” (Offe, 1994:167, grifado por mim). Com o objetivo de comprovar a veracidade daquele pressuposto, e antes de examinar criticamente a questão, o autor enumera “rapidamente três pontos que”, segundo ele, “levaram os cientistas sociais clássicos e os teóricos políticos a considerarem o *trabalho como a pedra de toque da teoria social*” (idem:168, grifado por mim).

Na seqüência, depois de discorrer sobre o “declínio do modelo de pesquisa social centrado no trabalho”, que cede lugar, cada vez mais, à “pesquisa sociológica da vida cotidiana e do mundo vivido [que] representa um rompimento com a idéia de que a esfera do trabalho tem um poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social” (idem:172), o autor inicia sua crítica levantando um conjunto de questões:

existem indicações de uma diminuição no poder determinante objetivo do trabalho, da produção e da compra em relação às condições sociais e ao desenvolvimento social como um todo? A sociedade está objetivamente menos configurada pelo fato do trabalho? A esfera da produção e do trabalho está perdendo sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla? É possível dizer, apesar do fato de uma parte esmagadora da população depender do salário, que o trabalho se tornou menos importante tanto para os indivíduos quanto para a coletividade? Podemos, então, falar de uma “implosão” da categoria trabalho? (idem:174:5).

Offe organiza e discute este conjunto de questões em “duas séries de dúvidas”. A primeira, tratada no item “Subdivisões na esfera do trabalho”, diz respeito à *dimensão objetiva do trabalho*. Aqui, entre outros elementos de análise, merece destaque a diferenciação que faz “entre as formas de trabalho ‘produtivo’ e os ‘serviços’”. O crescimento acelerado do segundo em relação ao primeiro (conforme abundância de dados), “tornou-se a base das explicações macrossociológicas da ‘sociedade de serviços pós-industrial’ emergente (Bell)” (idem:178).

No item seguinte, “O declínio da ética do trabalho”, o autor discute a “segunda série de dúvidas a respeito da centralidade do trabalho [que] está relacionada à *avaliação subjetiva do trabalho* entre a população trabalhadora” (idem:182, grifado por mim).

Os argumentos arrolados por Offe conduzem-no à seguinte conclusão:

*Em termos gerais, essas descobertas e reflexões científico-sociais brevemente resumidas relativas à relevância subjetiva e ao potencial de organização da defesa do trabalho apontam para uma “crise da sociedade do trabalho”. (...) O trabalho não só foi deslocado objetivamente de seu **status** de uma realidade de vida central e evidente por si própria; como consequência desse desenvolvimento objetivo, mas inteiramente contrário aos valores oficiais e aos padrões de legitimação dessa sociedade, o trabalho está perdendo também seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores (idem:194, grifado pelo autor).*

Se tal corolário é verdadeiro, ou seja, se há uma “crise da sociedade do trabalho”, surge então uma questão: “quais os conceitos sociológicos de estrutura e de conflito apropriados para descrever uma sociedade que, no sentido aqui abordado, deixou de ser uma ‘sociedade do trabalho’?” (idem:194). Este é o problema sobre o qual o autor, no último item do artigo, “Para uma teoria sociológica da estrutura e do conflito”, busca lançar algumas luzes. Aqui ele aponta Habermas, notadamente, como proposta de âncora teórica e, embora considerando algumas falhas, cita outros autores que vêm levantando uma série de hipóteses que questionam a centralidade do trabalho.

Essas hipóteses e convicções, encontradas principalmente entre teóricos franceses como Foucault, Touraine e Gorz, penetraram tão profundamente em nosso pensamento que a “ortodoxia” marxista não tem mais muita respeitabilidade científico-social (idem:195).

Depois de desfechar sua crítica, ao mesmo tempo que aponta aqueles possíveis caminhos de referências teóricas, e sem desejar “fechar o assunto”, Offe encerra o artigo fazendo o seguinte desafio:

uma teoria dinâmica da mudança social deve procurar explicar por que a esfera do trabalho e da produção, em consequência da “implosão” de seu poder de determinar a vida social, perde sua capacidade de estruturação e de organização, liberando assim novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade (idem:197).

3 Esboços de crítica da crítica

A “análise crítica” desenvolvida por Offe e pelos outros autores supra citados a respeito da centralidade do trabalho, como fato social e como categoria analítica, do papel tendencialmente diminutivo da classe trabalhadora, seja na produção material ou na ação política estratégica, e do marxismo como arcabouço teórico capaz de explicar a realidade social, principalmente no limiar do século XXI, questiona profundamente, por decorrência, a proposta de construção de uma escola baseada no

trabalho como princípio educativo. Mais do que a proposição em si mesma, questiona suas bases, seus fundamentos.

Como vivemos numa sociedade onde se estabelece uma luta entre as classes que têm interesses antagônicos, e esta luta se dá em todos os campos, inclusive no teórico, era de se esperar que o questionamento feito por aqueles autores não ficasse sem resposta. Vários pensadores, no período recente, vêm esboçando uma análise crítica à crítica desenvolvida por aqueles autores. É o caso, por exemplo, de pelo menos dois nomes: Gaudêncio Frigotto e Ricardo Antunes.

Frigotto tece sua crítica em sua tese de titular defendida em novembro de 1993 na U.F.F., cuja denominação é **Trabalho e educação face à crise do capitalismo: ajuste neoconservador e alternativa democrática**. Por sua vez, Ricardo Antunes, professor de sociologia do trabalho da Unicamp-SP, desenvolve seu ensaio crítico num texto que, conjuntamente com outros, compõe sua tese de livre-docência, defendida no ano de 1994, na mesma universidade e que foi publicado no livro **Adeus ao trabalho?⁵ Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho** (Antunes, 1995).

Tomarei a obra de Antunes como referência para essa discussão, por duas razões básicas: primeiramente porque, apesar de se valerem de argumentos diferentes, o fulcro da análise dos dois autores é semelhante e, em segundo lugar porque, sendo da área de Sociologia do Trabalho, a produção teórica de Antunes é pouco conhecida no campo da educação e, dessa forma, pode trazer uma contribuição inestimável para tal campo.

O texto de Antunes é dividido em quatro capítulos. No primeiro, “Fordismo, Toyotismo e acumulação flexível”, o autor toma emprestado de Harvey (1993) a categoria de acumulação flexível e demonstra o processo de superação do modelo taylorista/fordista. No entanto, chama a atenção para dois fatos: muito mais do que um aniquilamento do modelo taylorista/fordista pela acumulação flexível, há uma combinação entre os dois; e principalmente que a acumulação flexível é uma forma própria do capitalismo, mantendo e reforçando as características e fundamentos deste modo de produção.

Em seguida, valendo-se de Coriat (1992) e Gounet (1992), o autor faz uma detalhada caracterização do toyotismo, na medida em que considera a hegemonia deste modelo japonês no âmbito da acumulação flexível. Fala de sua expansão na Europa em detrimento de outros modelos

e, por essa razão, do enfraquecimento do *Welfare State* e o decorrente fortalecimento da lógica neoliberal: “menos do que socialdemocratização do toyotismo, teríamos uma toyotização descaracterizadora e desorganizadora da socialdemocracia” (Antunes, 1995:32).

Por fim, demonstra que o processo de alienação, ou melhor, de estranhamento do trabalho continua a existir no modelo toyotista. Trata-se de um “estranhamento pós-fordista”.

No segundo capítulo, “As metamorfoses no mundo do trabalho”, Antunes discute a múltipla e contraditória processualidade daquelas transformações, inclusive a questão da qualificação/desqualificação do trabalho. Ao final do capítulo, resume e conclui:

Estes elementos que apresentamos nos permitem indicar que não há uma tendência generalizante e uníssona, quando se pensa no mundo do trabalho. Há, isto sim, como procuramos indicar, uma processualidade contraditória e multiforme. Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectuação do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado, etc. Se é possível dizer que a primeira tendência – a intelectualização do trabalho manual – é, em tese, mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a segunda – a desqualificação – mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista, em sua lógica destrutiva e com sua taxa de uso decrescente de bens e serviços (Mészáros, 1989:17). Vimos também que houve uma significativa incorporação do trabalho feminino no mundo produtivo, além da expressiva expansão e ampliação da classe trabalhadora, através do assalariamento do setor de serviços. Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1995:54, grifado pelo autor).

No terceiro capítulo, “Dimensões da crise contemporânea do sindicalismo: impasses e desafios”, o autor busca analisar as repercussões das metamorfoses do mundo do trabalho junto ao movimento dos trabalhadores, seja no universo da materialidade bem como no da subjetividade, e a crise dos sindicatos que daí advém.

Em seguida, elenca os contornos e dimensões essenciais desta crise: tendência de diminuição da taxa de sindicalização (desindicalização), trabalhadores estáveis versus trabalho precarizado e “intensificação da tendência neocorporativa, que procura preservar os interesses do operário estável, vinculado aos sindicatos, contra os segmentos que compreendem o trabalho precário, terceirizado, parcial, etc, o que denominamos subproletariado” (idem:64).

No final, o autor enumera e analisa os principais desafios colocados ao movimento sindical frente às metamorfoses do mundo do trabalho.

No entanto, é no último capítulo, “Qual crise da sociedade do trabalho?”, que Antunes estabelece uma interlocução mais direta e fecunda com os autores que questionam a centralidade do trabalho, desfechando-lhes uma profunda crítica. Aqui, o autor apresenta um ensaio de conclusões, em forma de “teses”, elaboradas a partir da análise feita nos capítulos anteriores. A primeira tese é enunciada de chofre:

ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção à uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias (Antunes, 1995:75, grifado pelo autor).

O fulcro de sua argumentação, balizada pelas principais obras marxianas, é a distinção entre *trabalho abstrato* e *trabalho concreto*, ou seja, trabalho que cria valores de troca (mercadorias) e trabalho que produz valores de uso. Reconhecendo que numa sociedade produtora de mercadorias, como é o capitalismo, o valor de uso fica subsumido ao valor de troca, Antunes inquire seus opositores:

quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando:

se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato (como sugere Robert Kurz, 1992) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (como sugerem Offe, 1989; Gorz, 1982 e 1990 e Habermas, 1987, entre tantos outros) (idem:77, grifado pelo autor).

No primeiro caso, ao reafirmar que a “sociedade contemporânea é predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias”, o autor constata pelo menos duas maneiras distintas de compreensão da chamada crise da sociedade do trabalho abstrato:

aquela que acha que o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de mercadorias – com a qual já manifestamos nossa discordância – e aquela que critica a sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho estranhado, fetichizado e, portanto, desrealizador e desefetivador da atividade humana autônoma (idem:77-8, grifado pelo autor).

Neste último sentido, “que apreende a essencialidade do capitalismo, reconhece-se o papel central da classe trabalhadora na criação de valores de troca” (idem:78), o autor concorda com a crítica, pois esta forma de trabalho, sob o reino das mercadorias, é essencialmente nefasta para o ser social que busca a omnilateralidade e, por essa razão, recusa agudamente o culto do trabalho assalariado.

No segundo caso,

a outra variante crítica, que nega o caráter capitalista da sociedade contemporânea defende, em grande parte de seus formuladores, a recusa do papel central do trabalho, tanto na sua dimensão abstrata, que cria valores de troca – pois estes já não seriam mais decisivos hoje – quanto na negação do papel que o trabalho concreto tem na estruturação de um mundo emancipado e em uma vida cheia de sentido (idem:78, grifado pelo autor).

Este é o caso de Habermas, Offe e Gorz, entre outros, com os quais Antunes estabelece uma interlocução crítica, donde conclui que

sem a devida incorporação da distinção entre trabalho concreto e abstrato, quando se diz adeus ao trabalho,

*comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira **uma** um fenômeno que tem dupla dimensão (...) A desconsideração desta dupla dimensão presente no trabalho possibilita que a crise da sociedade do trabalho abstrato seja entendida equivocadamente como a crise da sociedade do trabalho concreto (idem:79-80, grifado pelo autor).*

Na segunda tese, desdobramento da anterior, Antunes anuncia:

enquanto criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar a eliminação da sociedade do trabalho abstrato – ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias – é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma de uma atividade humana. Em outras palavras: uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis, e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador (idem:82, grifado pelo autor).

Aqui, e também em outras partes do texto, o autor discute, longamente, a dimensão emancipadora do trabalho concreto, que cria valores de uso, “trabalho como protoforma da atividade humana emancipada”, ponto de partida para uma sociedade emancipada (cheia de sentido), que supera a consciência estranhada em direção à consciência omnilateral. Para ele, mais uma vez transparece

a fragilidade maior dos críticos da sociedade do trabalho: a desconsideração da dimensão essencial do trabalho concreto como fundamento (na medida em que se insere na esfera das

necessidades) capaz de possibilitar a base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver (idem:84).

Na terceira tese, Antunes defende que, apesar das características de complexificação, fragmentação e heterogeneização, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana se originam “centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente *do trabalho e pelo trabalho*” (idem:86, grifado pelo autor). Para ele,

a luta da classe-que-vive-do-trabalho é central quando se trata de transformações que caminham em sentido contrário à lógica da acumulação de capital e do sistema produtor de mercadorias. Outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens, etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido. Mas, quando o eixo é a resistência e o confronto à lógica do capital e à sociedade produtora de mercadorias, o centro desta ação encontra maior radicalidade quando se desenvolve e se amplia no interior das classes trabalhadoras, ainda que reconhecendo que esta empreitada é muito mais complexa e difícil que no passado, quando a sua fragmentação e heterogeneidade não tinham a intensidade encontrada no período recente (idem:86-7, grifado pelo autor).

Esta centralidade da luta se deve ao “irreconciliável antagonismo entre o capital social *total* e a *totalidade* do trabalho” (p.87), o que repõe, na ordem do dia, a necessidade da revolução que deve ser *no e do trabalho*.

É uma revolução no trabalho na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra

no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador (idem:88, grifado pelo autor).

Na tese seguinte, o autor argumenta que “essa heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe-que-vive-do-trabalho não caminha no sentido da sua extinção” (idem:88). Em vez de um “*adeus ao trabalho ou à classe trabalhadora*”, a discussão que nos parece pertinente é aquela que reconhece, de um lado a possibilidade da emancipação *do e pelo trabalho*” (idem, ibidem), e de outro, que a heterogeneidade da classe-que-vive-do-trabalho não impossibilita uma atuação conjunta de todos os seus segmentos enquanto classe, ainda que isto seja um desafio muito maior do que o foi em outros momentos.

Por último, na quinta tese, o autor discorre sobre as várias formas de estranhamento do trabalho que vigoram na sociedade contemporânea e demonstra que

o capitalismo, em qualquer das suas variantes contemporâneas, da experiência sueca à japonesa, da alemã à norte-americana, como pudemos indicar anteriormente, não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do estranhamento mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização, na medida em que se minimizou a dimensão mais explicitamente despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do “envolvimento manipulatório” da era do toyotismo ou do modelo japonês (Antunes, 1994:99, grifado pelo autor).

4 Trabalho como categoria chave e como princípio educativo: algumas questões

Embora Antunes tenha elaborado uma crítica contundente e consistente aos teóricos que questionam a centralidade do trabalho, sua análise, por diversas razões, ainda tem um caráter de esboço, de ensaio, e não poderia ser muito diferente, pois tal discussão é bastante recente e incipiente.⁶ Por isto, com o intuito de contribuir para a continuidade e

enriquecimento da discussão do referido tema, buscarei levantar algumas questões que serão formuladas como hipóteses e se dirigem primeiramente aos críticos e aos defensores da *crise da sociedade do trabalho* e posteriormente aos proponentes do *trabalho como princípio educativo*.

4.1 Trabalho (produtivo): categoria analítica chave?

A base da argumentação crítica de Antunes é a diferenciação que faz entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Seu pressuposto é o de que o capitalismo é uma sociedade produtora de *mercadorias*, e isso implica que o trabalho concreto (valor de uso) esteja subsumido pelo trabalho abstrato (valor de troca).

Considerando que a sociedade contemporânea é movida pela *lógica do capital*, isto é, pelo sistema produtor de *mercadorias* e reconhecendo o papel central da classe trabalhadora na *criação de valores de troca* (cf. Antunes, 1995:75 ss), o autor, concordando neste ponto com Kurz, critica profundamente a “sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho *estranhado, fetichizado* e, portanto, *desrealizador e desefetivador* da atividade humana autônoma” (idem:77-8, grifado pelo autor).

Minha primeira hipótese é a de que, embora a crítica de Antunes a Offe e demais protagonistas da *crise da sociedade trabalho* seja correta e certeira, evidenciando muitas de suas fragilidades e inconsistências, sua crítica não atinge a radicalidade necessária.

Tal conjectura se baseia no fato de que, se era necessário trazer à tona e diferenciar duas categorias analíticas importantíssimas, trabalho concreto e abstrato, faltou a inclusão de uma categoria fundamental: *trabalho produtivo*.

Vários autores tratam desta categoria. Entre eles, podemos citar L. Kowarick, no texto *Trabalho produtivo e improdutivo: comentários sob o ângulo da acumulação e da política*, A. Villa Lobos, no texto *Nota sobre 'Trabalho produtivo/trabalho improdutivo' e classes sociais*, ambos incluídos no livro *Classes sociais e trabalho produtivo*, Claudio Napoleoni, em seu livro *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*, H. Braverman, em sua obra *Trabalho e Capital monopolista*, e, principalmente, Isaak I. Rubin, em seu livro *A teoria marxista do valor*.

Todos eles buscam compreender o significado desta categoria presente nas várias menções que K. Marx faz em diversos textos, notadamente em **O Capital**, nas **Teorias da Mais Valia** (escritas para serem o livro IV de **O Capital**) e no **Capítulo VI** inédito de **O Capital**.

Para uma breve explanação a respeito deste tema, tomarei como referência o texto de Rubin (1987) e algumas citações do próprio Marx. Logo no início do último capítulo (19), denominado “Trabalho produtivo”, Rubin alerta:

infelizmente, nenhuma parte da ampla literatura crítica sobre Marx está tão cheia de desacordos e confusão conceitual como a relativa a esta questão, tanto entre marxistas como entre estes e seus adversários. Uma das razões dessa confusão é a idéia obscura que se tem das próprias concepções de Marx acerca do trabalho produtivo (Rubin, 1987:277).

Com o objetivo de lançar luzes sobre esta obscuridade, Rubin cita um trecho de Marx:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, porém, substancialmente, produção de mais-valia. O operário não produz para si mesmo, mas para o capital. Por isso, não basta agora que produza em termos gerais: tem de produzir concretamente mais-valia. Dentro do capitalismo, só é produtivo o operário que produz mais-valia para o capitalista, ou que trabalha para tornar rentável o capital. Se nos é permitido dar um exemplo alheio à órbita de produção material, diremos que um professor escolar é trabalhador produtivo se, além de moldar a cabeça das crianças, conforma seu próprio trabalho para enriquecer o patrão. O fato de que este invista seu capital numa fábrica de ensino, ao invés de investi-lo numa fábrica de salsichas, não altera de modo algum os termos do problema. Portanto, o conceito de trabalho produtivo não contém em si simplesmente uma relação entre a atividade e o efeito útil desta, entre o operário e o produto de seu trabalho, mas, além disso, leva implícita uma relação de produção específica, social e historicamente determinada, que converte o operário em instrumento direto de valorização do capital (Marx, apud Rubin, 1987:277-8).⁷

Sempre baseado nas obras marxianas, Rubin explica o que é “Trabalho produtivo em geral”, que cria bens materiais que suprem as necessidades da sociedade, seja como valores de uso ou valores de troca, cujo fator decisivo é o conteúdo e o resultado do trabalho, e o diferencia do “trabalho produtivo do ponto de vista do capital”, que é empregado *diretamente* pelo capital e que se converte *diretamente* em capital, ou seja, trabalho que produz mais-valia, trabalho que produz capital, não importando qual a forma da mercadoria produzida. Por isso, sob essa perspectiva, não há nenhum significado decisivo na diferença entre trabalho que produz mercadorias com forma corpórea ou mercadorias com outra forma qualquer, mercadorias que são ou não objetivadas – serviços, por exemplo – entre trabalho manual (físico) e intelectual. Qualquer um desses trabalhos pode ser produtivo ou não⁸

Se, por um lado, é necessário concordar com o fundamento argumentativo de Antunes segundo o qual o capitalismo é uma sociedade produtora de mercadorias e que, por isso, o trabalho concreto está subsumido pelo trabalho abstrato, por outro, é forçoso ir além e reconhecer que este modo de produção é essencialmente uma sociedade *produtora de mais-valia* e que, por esta razão, o trabalho concreto (valor de uso) está subsumido pelo trabalho abstrato (valor de troca) que, por sua vez, está subsumido pelo *trabalho produtivo* (mais-valia). Assim, se confirma, nesta sociedade, o papel central da classe trabalhadora não só na criação de valores de troca, mas fundamentalmente, como produtora de mais-valia, de capital.

Em outras palavras: a produção de bens/valores de uso (trabalho concreto) e de mercadorias/valores de troca (trabalho abstrato) – sendo que a última determina a primeira – é ... *condição necessária, porém insuficiente* para caracterizar o modo de produção capitalista⁹. A produção de mais-valia (capital) é a razão última deste modo de produção e por isso o trabalho produtivo determina tanto o trabalho abstrato como o trabalho concreto. *Trabalho produtivo* é, portanto, a *categoria analítica fundamental*.

Dessa maneira, a crítica mais radical que se possa fazer ao capitalismo é aquela que toma o trabalho produtivo como a categoria básica. Aliás, é a partir daqui que se pode compreender com a maior agudeza possível o fenômeno mais complexo, síntese de um conjunto de contradições, que são as crises cíclicas do capitalismo. Elas acontecem por cau-

sa da lógica do mercado *capitalista*, e não só do *mercado* e, por isso, são crises de acumulação, de superprodução de capital e não só de troca de mercadorias. Mais do que crise do trabalho abstrato, trata-se da *crise do trabalho produtivo*.¹⁰

A segunda hipótese que pode ser levantada é desdobramento da primeira. Como Antunes não apontou a determinação do trabalho produtivo, sua crítica não atinge a raiz de um dos principais argumentos utilizados por Offe para questionar a centralidade do trabalho: o crescimento do setor de serviços.

Como já foi visto, Offe baseia sua análise e seu questionamento na *centralidade objetiva* e na *centralidade subjetiva do trabalho*. Curiosamente, grande parte dos argumentos utilizados no sub-item “Subdivisões da esfera do trabalho” (Offe, 1994 : 175 ss), para questionar a centralidade *objetiva* do trabalho, é de ordem *subjetiva*. O principal argumento de ordem objetiva, entre poucos outros, é o da diferença “entre as formas de trabalho ‘produtivo’ e os ‘serviços’. Este último ponto, – continua o autor – ao qual me dedicarei, aqui, tornou-se a *base das explicações* macrossociológicas da ‘sociedade de serviços pós-industrial’ emergente” (idem : 178, grifado por mim). Aliás, para Offe este argumento é tão fundamental que, em seu livro **Capitalismo desorganizado** (Offe, 1994) – uma coletânea de artigos de sua lavra – escreve um texto cujo título é “O crescimento do setor de serviços”, e que, não por acaso, vem imediatamente antes do artigo “Trabalho: a categoria sociológica chave?”. De fato, neste último, ao referir-se ao anterior, o autor retoma a argumentação com toda força. Ao diferenciar o “trabalho desempenhado no setor ‘secundário’ (isto é, que produz mercadorias industrializadas) (...) do trabalho que se torna ‘reflexivo’, como acontece com a maior parte do trabalho em serviços no setor ‘terciário’” (idem: 178), o autor esclarece que:

a importância quantitativa da divisão dos “trabalhadores em geral” em formas de trabalho produtivo e de produção de serviços só se torna clara se não se desagrega (como geralmente se faz) de acordo com os “setores”, e sim de acordo com as ocupações. O minicenso realizado em 1980 na República Federal da Alemanha indicou que aproximadamente 27% dos trabalhadores assalariados estão envolvidos em atividades

relacionadas principalmente com a fabricação e a produção de produtos materiais, enquanto uma esmagadora porcentagem de 73% produz serviços (Offe, 1994: 178-9 grifado por mim).

Como é possível perceber, a análise de Offe, neste trecho, é baseada, sem que seja explicitado, na categoria trabalho concreto/valor de uso. *Ora, isso não tem qualquer importância para o capital.* Para o capital importa menos se o trabalho é empregado neste ou naquele setor, nesta ou naquela ocupação, se o trabalho produz este ou aquele objeto ou mercadoria. O que importa é que seja *trabalho produtivo*, vale dizer, que produza mais—valia, capital. Trabalho produtivo pode ocorrer numa empresa industrial ou numa empresa escolar, numa empresa hospitalar ou numa empresa que presta serviço de limpeza, etc¹¹.

Dessa forma, se é verdade que há um crescimento do setor que produz serviços em detrimento do setor que produz mercadorias industrializadas, não se pode inferir daí que, necessariamente e por essa razão, esteja havendo um decremento do trabalho produtivo. As evidências empíricas do primeiro fenômeno não servem como comprovação do segundo.

Portanto, o argumento fundamental de Offe, nesta perspectiva analítica, é inconsistente e improcedente. Por decorrência, o questionamento que faz a respeito da centralidade objetiva do trabalho também o é.

Tal conclusão traz à tona uma outra questão: se o questionamento à centralidade *subjetiva* é *conseqüência* do questionamento à centralidade *objetiva* do trabalho (cf. Offe, 1994: 194) e se, como já vimos, este último é improcedente, então até que ponto é possível afirmar a crise subjetiva do trabalho, como sugere Offe? Em outras palavras: é possível, e até que ponto, haver uma descentralização subjetiva se não há a devida correspondência de uma descentralização objetiva do trabalho?

Essa discussão nos conduz a uma outra problematização. Em seu texto, Offe defende que o trabalho deixou de ser a categoria sociológica chave, pois deixou de ser o fato social central, tanto objetiva, quanto subjetivamente. Para além dos questionamentos que já foram feitos anteriormente, é preciso perguntar: de que *trabalho* Offe está tratando? Uma leitura cuidadosa do texto demonstra que trabalho pode ser “várias coisas”, como, por exemplo, emprego, ocupação, determinado tipo de atividade humana, determinada concepção que as pessoas têm, fonte de toda riqueza social, nomenclatura, etc, etc. Offe mistura e confunde tra-

balho em geral (genérico) com trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho produtivo, trabalho que produz valores de uso, que produz mercadorias, trabalho que produz objetos com forma corpórea, etc. Como “tudo” pode ser trabalho, então qualquer conclusão extraída “disso” parece ter fundamento e, por essa razão, ser correta. Ora, uma categoria de análise, para ter este estatuto, deve primar pela precisão, clareza e rigor para poder explicar, com consistência, a realidade ou alguma de suas particularidades. Dessa forma, é possível levantar minha terceira hipótese: com o tratamento genérico que Offe dá ao trabalho, este deixa de ser, em seu texto, categoria sociológica chave e, mais que isso, deixa de ser *categoria de análise*, tal a abrangência, confusão e maleabilidade que se dá ao trabalho.

Daqui, pode-se tirar a quarta hipótese: se o objetivo do capitalismo é a produção e extração da mais-valia e a decorrente acumulação de capital, então o *trabalho produtivo* não pode deixar de ser, no âmbito deste modo de produção, o fundamento objetivo determinante¹² e, consequentemente, não pode deixar de ser, a categoria analítica chave.

Somente assim é possível compreender, com a devida profundidade, uma das principais contradições inerentes ao processo de acumulação de capital, que é a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, ou seja, investimento proporcionalmente maior em capital constante (trabalho morto) relativamente ao capital variável (trabalho vivo) e, a partir daí, articulada com outras contradições, as crises cíclicas de superprodução de capital ou, em outras palavras, a crise do trabalho produtivo. No entanto, tais fenômenos não eliminam ou sequer minimizam a centralidade do trabalho produtivo. Ao contrário, o capital só entra em crise justamente porque, neste modo de produção, o trabalho produtivo é determinante.

4.2 Trabalho como princípio educativo: que trabalho?

A crítica aos protagonistas da *crise da sociedade do trabalho* e, a partir daí, à possível recondução do trabalho como fato social principal, não nos exime de problematizar, também, as propostas escolares balizadas pelo *trabalho como princípio educativo*. Pelo contrário, o mesmo rigor crítico que foi aplicado aos autores até agora avaliados, também deve valer para os autores dessas propostas. Tomemos, ainda, como referência

o texto já citado de Maria Laura P. Barbosa Franco, *Possibilidades e Limites do Trabalho Enquanto Princípio Educativo*. Neste artigo, a autora considera a necessidade de explicitar, pelo menos, dois sentidos que podem ser atribuídos ao conceito de trabalho. Primeiramente,

o trabalho pode ser concebido como a forma de ação originária e especificamente humana através da qual o homem age sobre a natureza, transforma a ordem natural em ordem social, cria e desenvolve a estrutura e as funções de seu psiquismo, relaciona-se com outras pessoas, pensa, comunica-se, descobre, enfim, produz sua própria consciência e todo um conjunto de saberes que lhe possibilitarão viver em sociedade, transformar-se e transformá-la. Essa concepção de trabalho reitera colocações já expostas anteriormente e está diretamente vinculada ao conceito de atividade, vista esta última como o substrato fundamental do desenvolvimento humano (Barbosa Franco, 1989 : 33).

Porém, continua a autora, o trabalho pode ser entendido como

o exercício de uma função produtiva a favor da acumulação do capital. Nesta perspectiva, a principal categoria de análise do trabalho desloca-se de sua vinculação com a atividade humana e com o processo de humanização e recai na análise que ele assume sob as relações capitalistas de produção. (...), a produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda da força de trabalho. O que o trabalhador vende e o que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força de trabalho contratada por um período de tempo (idem, ibidem).

Embora não tenha se valido das categorias analíticas de trabalho concreto/valor de uso e trabalho abstrato/valor de troca, é possível depreender do texto que o primeiro sentido de trabalho atribuído pela autora se refere ao trabalho concreto e, por isso, à dimensão emancipadora do trabalho, e o segundo se refere ao trabalho abstrato e, consequentemente, à dimensão destrutiva, aviltante do trabalho. Tanto é verdade que, ao tratar do segundo sentido de trabalho, a autora faz um alerta:

desse ponto de vista, toma-se temerário encarar o trabalho como princípio educativo, pois o processo de trabalho é dominado e modelado pela acumulação e expansão do capital e para a criação de um lucro. A essa finalidade todas as demais estão subordinadas, afetando, inclusive, as relações sociais mais amplas (idem, ibidem).

A partir daí, conclui que “a única possibilidade de encarar o trabalho como princípio educativo é associando-o à concepção de atividade laboral vista como uma prioridade inalienável do indivíduo humano” (idem, ibidem).

Admitindo que mesmo “essa interpretação não é totalmente tranquila” e, por essa razão, procurando oferecer um conjunto de elementos de esclarecimento, Barbosa Franco infere que o trabalho só pode ser encarado como princípio educativo se tomado em seu primeiro significado, como trabalho concreto, criador de valores de uso, ou seja, em sua dimensão emancipadora.

Contudo, é possível detectar aqui, pelo menos, dois grandes problemas. Em primeiro lugar, embora a autora tenha afirmado que, no capitalismo, todas as demais finalidades estão subordinadas ao “trabalho dominado e modelado pela acumulação e expansão do capital e para a criação de um lucro” (cf. Barbosa Franco, 1989 : 33), de duas uma: ou a autora não tem a devida clareza de que, no capitalismo, o primeiro sentido de trabalho (trabalho concreto) está objetivamente subsumido pelo segundo (trabalho abstrato) e, mais do que isso, subsumido pelo trabalho produtivo; ou, se tem tal clareza, acabou por desconsiderá-la ou não considerá-la na sua devida profundidade.

A concretização do trabalho concreto (dimensão emancipadora) no capitalismo significa que este está radicalmente subsumido pelo trabalho abstrato e muito mais ainda pelo trabalho produtivo (dimensão destruidora). Por isso, não basta somente anunciar a dupla dimensão do trabalho. É necessário, acima de tudo, explicitar o tipo de relação que elas estabelecem. Ora, no capitalismo a dimensão destruidora do trabalho determina a dimensão emancipadora. A produção de valores de uso (trabalho concreto) é meio e não fim. Poderíamos aqui fazer uma elucubração e dizer, hipoteticamente, que o paraíso do capital seria a produção de mais-valia, capital, sem que houvesse a realização do valor de uso. É claro que isso é um absurdo, mas não deixa de ser uma tendên-

cia que, por sua vez, abre uma série de contradições no processo de acumulação de capital. Exemplos dessa tendência são, de um lado, o fenômeno identificado por Mészáros (1989) acerca da “taxa de uso decrescente” no capitalismo, e o salário mínimo no Brasil. A respeito deste último, é difícil afirmar que os valores de uso adquiridos com o salário mínimo no Brasil (que gira em torno de US \$ 100,00) possam ter algum significado de emancipação do trabalhador.

Assim, é possível levantar a seguinte questão: até que ponto a concretização do trabalho concreto no capitalismo, particularmente no Brasil, não conduz, tendencialmente, à *eliminação* de sua dimensão emancipadora e não só à sua subsunção ao trabalho abstrato e ao trabalho produtivo? A mesma questão pode ser formulada de outra maneira: até que ponto, no capitalismo, o trabalho concreto tem uma dimensão emancipadora somente para aqueles que são proprietários dos meios de produção e das mercadorias produzidas através deles, pois podem desviar parte da mais valia expropriada para adquirir bens que possam propiciar prazer, satisfação, enfim, emancipação. Para o trabalhador que, no caso do Brasil, recebe um salário de US \$ 100,00 (sem contar os milhões que recebem menos que isso), os meios de subsistência adquiridos com seu salário (valores de uso/trabalho concreto) são o ponto de partida, de sustentação e reprodução de seu processo de exploração e aviltamento, enfim, de sua dimensão destruidora. Na verdade, com salário de US \$ 100,00, este ponto de partida (trabalho concreto) é animalesco. Pior que isso, não dá para o trabalhador se reproduzir nem fisicamente, como animal. Em outras palavras: será que o trabalho concreto para o trabalhador, particularmente no capitalismo no Brasil, não tem também uma dimensão destruidora?

Essas questões trazem à tona o segundo problema: como é possível, no âmbito do capitalismo, especialmente nesta formação sócio-histórica brasileira, que na proposta de *trabalho como princípio educativo*, o trabalho seja encarado – objetivamente – de acordo com o primeiro sentido, em sua dimensão emancipadora, como deseja Barbosa Franco? Ou será que, independentemente de nossa vontade, a lógica do capital inviabiliza objetivamente tal pretensão?

O desdobramento dessas questões evidencia um problema maior ainda, pois elas colocam em cheque o fundamento da proposta de edu-

cação escolar na perspectiva da classe trabalhadora balizada pelo *trabalho como princípio educativo*.

Por outro lado, se as hipóteses levantadas neste texto são verdadeiras, é necessário reconhecer que o eixo de toda a análise se desloca para o trabalho produtivo. Isto abre, hipoteticamente, um “filão analítico” muito rico para se estudar e compreender a proposta do *trabalho como princípio educativo*, notadamente em face às recentes transformações no mundo do trabalho.

5 Considerações finais

Como se pode depreender, através do desenrolar do texto, não tive a pretensão de oferecer nenhuma nova proposta de educação na perspectiva da classe trabalhadora e muito menos a de tentar demonstrar a impossibilidade e/ou a inviabilidade de uma educação nesta perspectiva. Pelo contrário. Procurei, tão somente, levantar uma série de questionamentos com o claro objetivo de contribuir para a discussão de uma educação que esteja vinculada aos interesses da classe trabalhadora. Por esta razão o texto foi concebido em forma de questões/hipóteses. Dessa maneira ele pode servir como ponto de partida, como elemento desencadeador de novas pesquisas e, portanto, da necessária continuidade da discussão desta rica temática.

Notas

1. Há vários textos que buscam recuperar e fazer um balanço da produção (mesmo parcial) acerca do tema, a partir de variados recortes e enfoques. Pelo menos três deles merecem menção: primeiramente o de autoria de Acácia Z. Kuenzer com o título **Educação e trabalho no Brasil – O estado da questão**, publicado pelo INEP em 1987 e reproduzido no ano seguinte quase na íntegra, em seu livro **Ensino de 2º. grau. O trabalho como princípio educativo**. O segundo chama-se **Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional**, de Vanilda Paiva, publicado por UFRJ/IEI em 1989. O terceiro é o artigo de Celso J. Ferretti e Felícia R. Madeira, “Educação/Trabalho: reinventando o passado?” (**Cadernos de Pesquisa** N. 80, fev. 1992) que faz uma análise dos

artigos publicados nos **Cadernos de Pesquisa** a respeito desta temática, ao longo dos 20 anos de existência daquela revista.

2. No texto supra citado **Educação e Trabalho no Brasil – O estado da questão**, Kuenzer descreve num dos capítulos as razões que levaram o grupo de participantes de um encontro da área de *Educação e Trabalho* do CNPq a modificar o nome para *Trabalho e Educação*, sendo que isto refletia “mais do que uma diferença semântica, uma concepção teórica fundamentada em uma opção política”, pois “a dimensão trabalho constituiu-se como *categoria central* da qual se parte para a compreensão do fenômeno educativo e das articulações recíprocas entre estas duas dimensões – educação e trabalho (Kuenzer, 1987:92-3 grifado por mim).
3. Esta triade, “ensino único enquanto estrutura, politécnico quanto ao conteúdo e dialético quanto à metodologia”, está presente também em seu livro **Ensino de 2º Grau**, cujo subtítulo também é **O trabalho como princípio educativo** (Kuenzer, 1988).
4. Neste artigo aparece **sociedade burguesa** e não **sociologia burguesa**. Creio, entretanto, que haja algum equívoco – provavelmente de tradução, digitação ou impressão –, pois, além de não fazer sentido, em outro livro do mesmo autor **Trabalho & sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho** (Offe, 1989), está contido o mesmo artigo, com pequenas alterações e com título um pouco diferente – “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” –, onde se lê: “segundo as tradições clássicas da **sociologia marxista** ou burguesa, o trabalho seria o dado central” (idem: 13).
5. Este título representa uma forma provocativa de responder ao também provocativo livro de André Gorz, **Adeus ao proletariado**, embora a crítica não se restrinja somente a este autor.
6. O autor confirma esta assertiva: “Como este livro é resultado de uma pesquisa em andamento, torna-se evidente que, apesar do caráter predominantemente afirmativo destas ‘teses’, elas estão sujeitas a revisões e reelaborações” (Antunes, 1995: 94). Ao encerrar o último capítulo, ele referenda: “Isso se configura como um projeto de pesquisa de longa duração, da qual este *ensaio*, onde

procuramos apreender algumas tendências e metamorfoses em curso no mundo do trabalho, é um primeiro resultado" (idem: 93).

7. A mesma citação pode ser encontrada, com outra tradução, em Marx (1984: 105-6).
8. A análise do "trabalho produtivo" não termina aqui. Este é só o começo. Rubin continua a discussão, que se torna cada vez mais complexa, inclusive tratando o trabalho produtivo em relação às fases de produção e circulação do capital.
9. Seria possível, hipoteticamente, imaginar uma sociedade produtora de mercadorias, regulada pelo mercado, que não fosse capitalista. Para ser capitalista é necessário mais do que isso, ou seja, produção de mais-valia para a consequente acumulação de capital.
10. Sobre as crises, os principais textos consultados foram: Marx, **As crises econômicas do capitalismo** (1988), o livro de E. Mandel, **A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista** (1990), e a **Apresentação** que Jacob Gorender faz à edição da Abril Cultural de **O Capital** de Marx (1983).
11. Isto não quer dizer que todo trabalho do "setor de serviços" seja produtivo. Parece-me que há uma tendência crescente, mas isso precisa ser confirmado. Por outro lado é forçoso reconhecer que também no "setor secundário", inclusive na indústria, e até no "setor primário", nem todo trabalho é produtivo. De qualquer forma, esta caracterização da economia por setores não nos é adequada como elemento de análise.
12. Mesmo considerando que o *trabalho produtivo*, na acepção utilizada, não seja majoritário.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

ARROYO, Miguel Gonzales. *O direito do trabalhador à educação*. In: GOMES, Carlos M. et alii. **Trabalho e conhecimento:**

- dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- _____. *Trabalho, educação, escola, LDB (Debate). Revista de Educação*. São Paulo: APEOESP, n. 4, p. 4-12, 1989.
- ARRUDA, Marcos. A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral. In: GOMES, Carlos M. et alii. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- BAETHGE, Martin. *Trabalho, socialização, identidade – a crescente subjetivação normativa do trabalho*. In: MARKERT, Werner (org.) *Teorias da educação do iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- BARBOSA FRANCO, Maria Laura P. *Possibilidades e limites do trabalho enquanto princípio educativo. Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 68, p. 29-38, 1989.
- CARNOY, Martin & LEVIN, Henry. *Escola e trabalho no estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 1987.
- FERRETTI, Celso J. *Trabalho e orientação profissional*. São Paulo: PUC-SP. (Tese de doutoramento), 1987.
- FERRETTI, Celso J. & MADEIRA, Felícia R. *Educação/trabalho: reinventando o passado? Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 80, p. 75-86, 1992.
- FERRETTI, Celso J. et alii (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FRANCO, Luis Antonio de Carvalho. *A escola do trabalho e o trabalho da escola*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- _____. *A educação do trabalho e o trabalho da educação. Bimestre*. São Paulo: MEC/INEP – Cenafor, n. 1, out, 1986.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- _____. *Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos*. In: GOMES, Carlos M. et alii. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- _____. *Um conceito que gera polêmicas. Leia*. São Paulo, ano XI n.129, p 52-53, jul. (entrevista), 1989.

- _____. **Trabalho-educação e a crise do capitalismo: ajuste neoconservador e alternativa democrática.** Rio de Janeiro: UFF (Tese apresentada no concurso de professor titular), 1993.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Capital humano e sociedade do conhecimento: concepção neoconservadora de qualidade na educação. Contexto e Educação*, n. 34, p. 7-28, 1994.
- GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985).** São Paulo: Cortez/Unicamp, 1993.
- GOMES, Carlos M. *Processo de trabalho e processo de conhecimento.* In: GOMES, C. M. et alii. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- GORENDER, Jacob. *Apresentação.* In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, v. 1, t. 1, 1983.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado. Para além do socialismo.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- _____. *O futuro da classe operária. Revista Internacional, Quinta*, São Paulo: CPV, n. 101, 16 de setembro, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- _____. **Concepção dialética da história.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.
- JOFFILY, Bernardo. *Uma revolução que desafia os sindicatos. De Fato*, p. 14-23, dezembro, 1993.
- KONIG, Helmut. *A crise da sociedade do trabalho e o futuro do trabalho: crítica de um debate atual.* In: MARKERT, Werner (org.) **Teorias da educação do iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- KUENZER, Acácia Zeneida. *O aluno trabalhador e o ensino profissionalizante. Bimestre.* São Paulo: MEC/INEP – Cenafor, n. 1, out, 1986.
- _____. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986a.

- _____. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão.** Brasília: REDUC/INEP, 1987.
- _____. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo.** São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. *A escola de 2º grau na perspectiva do aluno trabalhador.* Caderno CEDES. São Paulo: Cortez/Cedes, n.20, p. 48-55, 1988a.
- _____. *O trabalho como princípio educativo. Cadernos de Pesquisa.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.68, p. 21-28, 1989.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização (Da derrocada do socialismo de Caserna à crise da economia mundial).** São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MACHADO, Lucilia R. de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- _____. *Trabalho, tecnologia e ensino politécnico. Revista de Educação.* São Paulo: APEOESP, n. 4, p. 26-30, 1989a.
- MANACORDA, Mário A. **El principio educativo em Gramsci.** Salamanca, Sígueme, 1977.
- _____. *Humanismo de Marx e industrialismo de Gramsci.* In: SILVA, Thomaz T. (org.) **Trabalho, educação e prática social.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse).** 1857-58. vol. II, México: Siglo XXI Editores, 1972.
- _____. *Para a crítica da economia política.* In: _____. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo, Abril Cultural, p. 107-263. (Os Pensadores), 1974.
- _____. **Capítulo VI (Inédito).** São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- _____. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, v. 1, t. 1, 1983.
- _____. *Posfácio da segunda edição.* In: _____. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, v. 1, t. 1, 1983a.
- _____. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, v. 1, t. 2, 1984.

MARX, Karl. **As crises econômicas do capitalismo**. São Paulo: Aca-dêmica, 1988.

_____. *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*. In: _____. & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, v. 1, s.d.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1990.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

NAPOLEONI, Claudio. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NOSELLA, Paolo. *Trabalho e educação*. In: GOMES, Carlos M. et alii. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

_____. O trabalho como princípio educativo em Gramsci. **Revista de Educação**. São Paulo: APEOESP, n. 4, p. 16-25, 1989.

OFFE, Claus. *Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação – contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional*. **Educação & Sociedade**, n. 35, p. 9-59, 1990.

_____. *Trabalho: a categoria sociológica chave?* In: _____. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OFFE, Claus. *O crescimento do setor de serviços*. In: _____. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_____. *Introdução*. In: _____. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

_____. **Trabalho & Sociedade. Problemas estruturais e perspec-tivas para o futuro da sociedade do trabalho**. vol. I – A crise. R. Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

OFFE, Claus e BERGER, Johannes. *A dinâmica do desenvolvimento do setor de serviços*. In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol. II, 1991.

PAIVA, Vanilda. **Produção e qualificação para o trabalho: uma re-visão da bibliografia internacional**. UFRJ/IEI, 1989.

- PISTRAK.** *Fundamentos da escola do trabalho.* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RETRATO DO BRASIL.** São Paulo, Política, n. 1, 3, 6, 8, 11, 15, 24, 39 e 43.
- ROSEMBERG,** Fúlvia. *2º grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos.* **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.68, p. 39-54, 1989.
- RUBIN,** Isaac Illich. *A teoria marxista do valor.* São Paulo: Polis, 1987.
- SALM,** Claudio Leopoldo. *Escola e trabalho.* São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SAVIANI,** Dermerval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica.* 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- _____. *Escola e democracia.* 12. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- _____. *O nó do ensino de 2º grau.* Bimestre. São Paulo: MEC/INEP – Cenafor, n. 1, out, 1986a.
- _____. *Repensando a relação trabalho-escola.* **Revista de Educação.** São Paulo: APEOESP, n. 4, p. 13-16, 1989.
- SCHAFF,** Adam. *A sociedade informática.* São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1993.
- TUMOLO,** Paulo Sergio. *Educação e hegemonia no Brasil. Notas para uma reflexão crítica.* São Paulo: PUC (Dissertação de Mestrado), 1991.
- TREZE DE MAIO – Núcleo de Educação Popular.** *A história dos salários no Brasil.* **Cadernos de Formação.** São Paulo, (7), nov., 1986.
- VIEIRA,** Carlos E. *O historicismo gramsciano e a pesquisa em educação.* São Paulo: PUC. (Dissertação de Mestrado), 1994.
- WARDE,** Mirian Jorge. *Um conceito que gera polêmicas.* **Leia.** São Paulo, ano XI, n.129, p. 52-53, jul. (entrevista), 1989.